

**MILITÂNCIA ESTUDANTIL FEMININA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS DURANTE A DITADURA MILITAR E A FORMAÇÃO DE  
PROCESSOS IDENTITÁRIOS**

FEMALE STUDENT MILITACY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS  
DURING THE MILITARY DICTATORSHIP AND THE FORMATION OF IDENTITY  
PROCESSES

Larissa França Morais Brandão<sup>1</sup>

Nathália Pereira Evangelista<sup>2</sup>

**RESUMO**

Esse artigo visa analisar a presença de mulheres universitárias na resistência contra a ditadura militar brasileira (1964-1985). Para isso, o grupo amostral escolhido foram as mulheres que em algum momento tiveram ligação com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo em cursos de graduação ou pós-graduação. Além disso, foram observados os processos identitários durante a militância delas no marco temporal escolhido, com o objetivo de entender o contexto social que estavam inseridas e as semelhanças e diferenças que possuíam entre si, antes, durante e após a ditadura. Este estudo nos permitiu fazer um comparativo dos perfis das universitárias militantes sem desconsiderar suas individualidades.

**Palavras-chave:** Militância Estudantil; Ditadura Militar; Processos Identitários

**ABSTRACT**

This article aims to analyze the presence of university women in the resistance against the Brazilian military dictatorship (1964-1985). To this end, the sample group chosen were women who at some point had a connection with the Federal University of Minas Gerais (UFMG), either in undergraduate or graduate courses. In addition, the identity processes during their activism were observed in the chosen time frame, with the aim of understanding the social context in which they were inserted and the similarities and differences they had among themselves, before, during and after the dictatorship. This study allows us to compare the profiles of university activists without disregarding their individualities.

**Keywords:** Student Militancy; Military dictatorship; Identity Processes

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e estagiária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, estagiária do setor de Gerência de Patrimônio Cultural Material do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG e bolsista no Centro de Memória da Faculdade de Medicina - CEMEMOR/UFMG.

## INTRODUÇÃO

Apesar da história ser feita por homens e mulheres, nem sempre ela é contada por ambas as partes. Isso porque, em uma sociedade marcada por um machismo estrutural, a versão feminina dos fatos acabou sendo por anos negligenciada. O que por sua vez, contribuiu para o esquecimento e o não reconhecimento de figuras fundamentais na construção de um Brasil mais democrático.

Ao perceber essa parcialidade da história, nota-se também, a necessidade de reescrevê-la, de modo que possa ser corrigido o silenciamento que foi feito com as mulheres. Neste caso em específico, foi escolhido abordar sobre a militância feminina universitária durante a ditadura militar no estado de Minas Gerais. Cabe salientar, que tal escolha abarcou uma renúncia, pois, ao optar por esse assunto, foi percorrido a trajetória de mulheres que, em sua maioria, faziam parte da classe média do Brasil.

Importante destacar que o artigo procurou analisar a presença das universitárias de maneira coletiva, considerando a contribuição que realizaram para os grupos que integraram. Entretanto, não foi desconsiderado suas individualidades, pois foi por meio delas que os grupos sociais se consolidaram. Interessante perceber que essa relação de personalidade do indivíduo e formação dos grupos sociais se retroalimentam, pois, “a identidade social remete à experiência grupal, ao nós, e, conseqüentemente, aos vínculos”, ao passo que “os grupos não existem no isolamento social”(NASCIMENTO, TRINDADE, SANTOS, 2007, p. 361)<sup>3</sup>, sendo assim, tanto a identidade do indivíduo se transforma ao se integrar em um grupo, como o próprio grupo se modifica com a inserção de um novo membro.

Cabe salientar os objetivos geral e específico da pesquisa. O primeiro busca refletir sobre: como a presença das universitárias nos movimentos e partidos contribuíram para pôr fim à ditadura militar; e as transformações pessoais que elas passaram ao fazerem parte desses grupos. O segundo, diz respeito a dar voz para aquelas que foram silenciadas tanto pela ditadura como pela historiografia brasileira.

## METODOLOGIA

As metodologias utilizadas para a construção da pesquisa se basearam em um levantamento de artigos e livros que tratassem da presença feminina na ditadura militar

---

<sup>3</sup> NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: A complexa dinâmica dos processos identitários. *Revista Interamericana de Psicologia*, [s. l.], n. 3, ed. 41, p. 359-370, 2007.

brasileira (1964-1985). Posteriormente, o objeto de estudo foi se afunilando para apenas universitárias, até se restringir para as mulheres que estudaram na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Entre o compilado de nomes que foram encontrados nas leituras sobre a resistência feminina belorizontina, os seguintes foram escolhidos por meio dos textos das autoras (BARRETO, 2011)<sup>4</sup> e (MERLINO, 2010)<sup>5</sup>, sendo eles: Ângela Maria Pezzuti; Diva Moreira; Emely Salazar; Helena Greco; Heloísa Amélia Greco; Inês Assunção de Castro Teixeira; Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira; Maria Auxiliadora Gomes; Maria Auxiliadora Lara Barcellos; Maria Dirlene Trindade Marques; Maria Zélia Castilho de Souza Rogedo; Walquíria Afonso Costa.

Outrossim, foi feita uma comparação entre as vidas das militantes, se atentando para a maneira que ingressaram no movimento; o curso pertencente a cada uma; as relações interpessoais que desenvolveram; e a maneira que encontraram para lidar com o trauma adquirido pela ditadura. Dessa maneira, o artigo procurou dar voz aos processos identitários que as estudantes passaram, na tentativa de impedir o esquecimento dessa história.

### **MULHERES MILITANTES E SUAS INDIVIDUALIDADES**

Considerando que a sociedade tratou de silenciar as vozes de figuras femininas durante séculos, este trabalho vai na contramão desses feitos. Diante disso, cabe citar algumas das estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais que atuaram na resistência contra a ditadura militar. Apesar das diferenças quanto ao curso, percebe-se, no quadro a seguir, algumas semelhanças em relação aos movimentos que elas participaram e a área de conhecimento em que atuaram.

Tabela 1 - Grupo Amostral das Militantes Universitárias da UFMG

Nome	Curso	Movimento\ Partido
Diva Moreira	Comunicação Social - mestrado em Ciência Política	MFPA; PCB; MDB

<sup>4</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. *Movimento feminino pela anistia: A esperança do retorno à democracia*. Curitiba: CRV, 2011

<sup>5</sup> MERLINO, Tatiana. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

Helena Greco	Ciências Sociais	PC do B; PT; MFPA
Heloísa Amélia Greco	Farmácia	MFPA
Inês Assunção de Castro Teixeira	História	ME; MFPA
Magda Maria Bello de Almeida Neves	Mestrado em Ciência Política	AP; MFPA
Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira	Mestrado em Ciência Política	MFPA
Maria Auxiliadora Gomes	Ciências Econômicas	MFPA
Maria Auxiliadora Lara Barcellos	Medicina	VAR-Palmares
Maria Dirlene Trindade Marques	Ciências Econômicas - mestrado em Ciências Políticas	MFPA; PT
Maria Zélia Castilho de Souza Rogedo	Sociologia	JEC; AP;MDB; MFPA
Walquíria Afonso Costa	Pedagogia	PC do B

Fonte: Elaborado pelas autoras

Nota-se, por exemplo, que nove das dez mulheres tratadas fizeram parte do Movimento Feminino pela Anistia. Além disso, quatro das onze mulheres fizeram mestrado em Ciências Políticas, sendo elas, Diva Moreira, Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira, Magda Maria Bello de Almeida Neves e Maria Dirlene Trindade Marques. Ademais, cabe salientar que apenas uma das onze, integrou o grupo de ação armada, sendo ela, Maria Auxiliadora Lara Barcellos, que fez parte da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares.

Diante as semelhanças que foram apontadas, se faz necessário não desconsiderar as individualidades que permeiam a identidade de cada militante. Pensando nisso, o trabalho se dedicou em buscar informações sobre cada uma delas, para que pudessem ser vistas para além do que apenas integrantes dos movimentos contra a ditadura militar.

### **Diva Moreira**

Diva foi integrante do Movimento Feminino pela Anistia no estado de Minas Gerais, além de participar como militante no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Movimento

Democrático Brasileiro (MDB). Nascida em 1946 na cidade de Bocaiuva, teve que se mudar para a capital de Minas na década de cinquenta. Em Belo Horizonte graduou-se em Comunicação Social com mestrado em Ciências Políticas na década de setenta pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (BARRETO, 2011).

No programa “*Memória e Poder*” da TV da Assembleia Legislativa, realizado em 09 de setembro de 2020, é pontuado a atuação da ativista como Secretária Municipal em Belo Horizonte em assuntos da Comunidade Negra e sua contribuição na fundação da Casa Dandara. Além disso, também é traçado a história de vida dela, filha de empregada doméstica (Maria de Jesus Moreira), ela retrata sua infância e adolescência como um momento de muita dedicação aos estudos, apesar de ter que conciliá-los com o trabalho. Durante toda sua entrevista, Diva honra a memória de seus ancestrais e agradece a força de sua mãe ao ajudá-la a traçar um futuro diferente daquele imposto pelas barreiras sociais (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2020).

### **Helena Greco**

Dona Helena foi uma mulher de muita coragem e força, que atuou na resistência contra a Ditadura Militar de forma genial e brilhante. Nascida em 1916 no interior mineiro, veio para a capital belorizontina quando jovem para se dedicar a sua formação no curso de Farmácia oferecido na Universidade Federal de Minas Gerais. Se juntou à militância política apenas aos 61 anos de idade após testemunhar a prisão de sua filha – solta no mesmo dia – e os abusos cometidos pelos militares e policiais no Terceiro Encontro Nacional dos Estudantes em BH em 1977. Após presenciar a truculência com a qual agia as forças repressivas do estado, fundou e foi coordenadora do MFPA-MG até o ano de 1978, quando foi convidada para compor o comitê oficial da Comissão pela Anistia. Foi eleita como vereadora em 1982, ainda durante anos de Ditadura e, anos mais tarde, participou da fundação do PT (Partido dos Trabalhadores). Por ser um símbolo muito importante de resistência à Ditadura e possuir grande importância política, sua casa sofreu um atentado com bombas, no entanto, ninguém se feriu. Helena, acabou falecendo de causas naturais em 2011 e em 2014 foi homenageada na capital mineira ao ter seu nome elevado na cidade. O Elevado Castelo Branco, em 2014, passou a se chamar Elevado Helena Greco (BARRETO, 2011).

### **Heloísa Amélia Greco**

Filha de Helena Greco, nascida em 1951 e conhecida pelo apelido de Bizoca, foi ativista social desde muito nova. Estava presente e foi presa no Terceiro Encontro Nacional dos

Estudantes, evento que havia sido posto na ilegalidade poucos dias antes de acontecer. Ficou pouco tempo presa e, logo ao sair, juntamente com sua mãe, ajudou na fundação do MFPA, no qual atuou durante toda sua existência. Tem graduação e doutorado em História pela UFMG, foi professora da rede estadual de educação e ainda hoje atua incansavelmente na luta por direitos das minorias políticas (BARRETO, 2011).

### **Inês Assunção de Castro Teixeira**

Inês Assunção de Castro Teixeira nasceu em 1950 na cidade de Oliveira, interior de Minas Gerais. Saiu dali para estudar Ciências Sociais na UFMG, onde se graduou em 1973 e fez seu Mestrado e Doutorado anos após o fim da Ditadura. Participou da Juventude Católica durante sua adolescência e seguiu atuando socialmente durante todo esse período da sua vida, o que a levou a entrar e atuar fortemente no MFPA durante os anos de 1977 a 1979. Após sua formação, atuou muitos anos como professora e foi a primeira mulher a se tornar Diretora do Sindicato dos Professores (BARRETO, 2011).

### **Magda Maria Bello de Almeida Neves**

Magda Maria Bello de Almeida Neves nasceu no Rio de Janeiro, mas foi criada em Minas Gerais, na cidade de São João Del Rey. Posteriormente, mudou-se para Juiz de Fora para fazer graduação em Serviço Social (1964-1968) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em paralelo com a graduação Magda participou do Diretório Acadêmico do seu curso onde foi presidenta, integrou também a diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade (JAYME, 2022).

Um ano após se formar, Magda se mudou para Belo Horizonte onde trabalhou como assistente social. No ano de 1970 iniciou seu mestrado em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na mesma época passou a frequentar as reuniões da Ação Popular. Apesar de seus esforços, não conseguiu concluir o mestrado, pois foi presa no ano de 1972, tendo sido enquadrada pelo decreto de 447 que a expulsou do mestrado (JAYME, 2022).

Após ter sido expulsa, passou a trabalhar como professora na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), entretanto, não ficou muito tempo, pois as constantes perseguições a fizeram se mudar para Paris em 1973, ficando na cidade por dois anos. No ano de 1975 retornou para o Brasil, voltando a dar aula na PUC, um ano depois se tornou professora da UFMG. Magda foi também uma das fundadoras do Movimento Feminino Pela Anistia em Minas Gerais (JAYME, 2022).

### **Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira**

Nascida na capital mineira na década de cinquenta, Márcia graduou-se em História pela PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica do estado de Minas Gerais) e realizou, assim como Diva Moreira, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Apesar de não ter atuado como integrante do movimento estudantil, Oliveira decidiu atuar como militante do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Posteriormente Márcia atuou como professora do Centro de Ensino Superior Promove (BARRETO, 2011).

### **Maria Auxiliadora Gomes**

Maria formou-se em Ciências Econômicas pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Apesar de não ter nascido na capital, a mineira se mudou de sua cidade natal (Juquiri) para Belo Horizonte, local onde deu início a sua vida acadêmica. Durante seu tempo de formação se mobilizou nas lutas estudantis por meio de sua atuação no Diretório Acadêmico na Faculdade de Ciências Econômicas. Posteriormente, Maria integrou o Movimento Feminina pela Anistia (MFPA) (BARRETO, 2011).

### **Maria Auxiliadora Lara Barcellos**

Com uma trajetória trágica na militância contra a ditadura, foi torturada pelos militares e exilada. Denunciou as torturas que sofreu diversas vezes e não se calou perante as injustiças que sofreu. Conhecida por seus amigos próximos como Dorinha, a jovem nasceu em 1945 na cidade de Antônio Dias, interior de Minas Gerais. Matriculou-se em Medicina na UFMG, onde estudou até 1969, quando se viu obrigada a abandonar o curso e fugir para o Rio de Janeiro, onde passou a viver na ilegalidade. Ali foi presa em casa juntamente com dois de seus amigos, Antônio Roberto Espinoza e Chael Charles Schreier, todos filiados ao VAR-Palmares, partido de resistência armada do qual Dorinha participou desde sua criação, quando o nome do partido ainda era Colina. Foi duramente torturada na prisão e presenciou um de seus amigos, o Chael, ser assassinado menos de 24 horas após a prisão do grupo, o que lhe deixou com intensos traumas psicológicos (MERLINO, 2010)<sup>6</sup>. Entre seus relatos, destaca-se o seguinte:

Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos.

---

<sup>6</sup> MERLINO, Tatiana. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro (MERLINO, 2010).

Em 1971 foi exilada para o Chile pelo crime de participar do sequestro do embaixador norte-americano. Além do Chile, passou pelo México, Bélgica, França e Alemanha em 1974. Neste último, conseguiu uma bolsa para que pudesse voltar a estudar Medicina. Entretanto, não finalizou o curso, pois em 1976 suicidou-se. Hoje, em sua memória, temos em São Paulo o Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcellos e um filme produzido por seu ex-companheiro Luiz Alberto Barreto Leite Sanz em sua memória (MERLINO, 2010).

### **Maria Dirlene Trindade Marques**

Nascida em 1946 no interior de Minas Gerais, graduou-se em Ciências Econômicas e obteve seu mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais, onde atuou como militante do movimento estudantil até 1965, quando começou a atuar na ilegalidade. Participou do MFPA por ter neste uma possibilidade legal de crítica ao governo e poder tomar passos concretos rumo à redemocratização (BARRETO, 2011).

### **Maria Zélia Castilho de Souza Rogedo**

Sobrevivente da Ditadura, Zélia, como prefere ser chamada, é belorizontina nascida em 1942. Sempre atuou em prol de sua comunidade, participando da JEC (Juventude Estudantil Católica) entre os anos de 1960 e 1964. Foi aprovada em Sociologia na UFMG e deu início a seu curso em 1965. Neste momento se encontrava vinculada a Ação Católica e participava ativamente do Movimento Estudantil (BARRETO, 2011).

Já na década de 1970, com a proibição dos partidos políticos de esquerda, uniu-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e mais tarde também participou da fundação do MFPA, sendo responsável por ter achado um lugar que abrigaria as mulheres e suas reuniões. Coordenou a Ordem Franciscana Secular em Minas Gerais, ainda falando em prol da justiça (BARRETO, 2011).

## **Walquíria Afonso Costa**

Mineira nascida em 1947, Walquíria foi aluna do curso de Pedagogia na Faculdade de Artes e Educação na UFMG em 1966, no qual ajudou a fundar e atuou como vice-presidente do Diretório Acadêmico, conselho de alunos que atua como representação estudantil e veicula as demandas dessa classe. Nessa época foi procurada pelo Dops de Minas Gerais e devido à perseguição, abandonou o curso em 1969 e fugiu para a região do Araguaia, onde passou por diversas dificuldades, fome e pobreza extrema. Neste momento já era filiada ao PCdoB (MERLINO, 2010).

Walquíria foi casada com Idalísio Soares Aranha Filho, ele também era filiado ao PCdoB e foi morto em confronto armado com os militares no Araguaia. Ela, por sua vez, ficou conhecida por ser a última guerreira morta no Araguaia em 1974, de acordo com os documentos oficiais, executada (MERLINO, 2010).

## **MILITÂNCIA FEMININA E SUAS EXPERIÊNCIAS**

Dar protagonismo ao feminino em qualquer momento da história do Brasil já implica em rompimento com os moldes patriarcais dominantes que, de forma geral, assumem que o homem é o veiculador das principais ideias políticas, dos feitos e de todas as lutas. Falar sobre a questão de gênero no período da Ditadura Militar se torna subversivo quando destacamos as relações subjetivas de poder que englobava todas as interações interpessoais e políticas das mulheres que tiveram a coragem de vociferar suas indignações sobre as opressões que lhes eram impostas, sejam estas como resistentes ao governo ou perante a seus companheiros de luta.

A questão do poder implícito – e que vem sendo explicitado – e subjetivo que existente no debate sobre gênero perpassa a lógica e até mesmo o sentimento e ideologia política pela qual essas mulheres lutaram. Ao mesmo tempo que a hierarquia entre feminino e masculino exista e se faça presente em todos os aspectos da vida de uma mulher, as questões de gênero, nesse período da história geral, são caracterizadas de forma degradante pelos companheiros da esquerda.

Contudo, a segunda onda do movimento feminista começa a ganhar espaço nos ambientes de debate acadêmico, de pesquisa científica e, conseqüentemente, abraça cada dia

um número maior de mulheres que encontram na filosofia uma forma de materializar, racionalizar, expor e questionar as hierarquias que tentam subjugar-las.

Ao se estudar a história do movimento feminista brasileiro vemos que, ainda nos anos 1960, não existia nenhum movimento militante que se reconhecesse como feminista, no entanto, o número de mulheres que estão ingressando no ensino superior vai aumentando cada dia mais (WOLFF, 2007). De tal forma, começa a acontecer a formação de uma elite intelectual feminina que anseia por versar e verbalizar as opressões que sofrem. Assim, o feminismo ganha espaço nos debates acadêmicos ao mesmo tempo em que as identidades femininas ganham espaço no Movimento Estudantil.

Estes indivíduos marcados pelo agouro feminino não apenas aderem às pautas do movimento feministas, como também levam esses debates para fora do ambiente acadêmico (COLLING, 2004). A questão do preconceito contra as mulheres começa a disputar espaço nas conversas na mesa de jantar, na mesa do bar e na mesa do partido. Como efeito, temos as barreiras entre vida pública e privada se esvaecendo pouco a pouco, ao mesmo tempo que o domínio simbólico sobre as liberdades femininas vai se tornando inviável (COLLING, 2004). A utopia da mulher feminista da década de 1960 era a de criar um espaço em que as diferenças entre os gêneros pudessem ser apontadas sem que fossem hierarquizadas.

As lutas da esquerda durante a década de 1960, até mesmo antes do golpe militar, seguiam a ideologia socialista e tinham como objetivo o desmantelamento do sistema capitalista, o fim do governo ditatorial e a reimplantação da democracia. Sendo uma ideologia pautada nas lutas de classe, as reivindicações dos grupos políticos não possuíam viés identitário, sendo assim, acreditavam que as questões de preconceito sociais eram frutos da vida sob o capitalismo e que tudo seria mudado quando o comunismo fosse implantado (WOLFF, 2007). Colocavam as demandas das mulheres questões menores perante a importância das lutas socialistas. Ou seja, as mulheres militantes na década de 1960, eram oprimidas pela direita ditatorial e silenciadas pela esquerda militante.

O ambiente militante era majoritariamente masculino. Quando falamos sobre luta e resistência, nos remetemos a valores masculinos, ainda mais quando essa se dá de forma armada. São dezenas as propagandas com símbolos fálicos, com palavras sobre força, virilidade e coragem sendo correlacionados ao valor do homem militante. Esses valores eram certamente diferentes para homens e mulheres. Vozes importantes do movimento socialista no mundo

repetiam a crença que as mulheres eram muito úteis, mas nos mesmos papéis que já cabiam a estas na sociedade patriarcal capitalista: professoras, enfermeiras, cozinheiras, costureiras e outros trabalhos que remetem ao lar e a uma função afetiva da mulher em comunidade.

Temos como exemplo da força impositiva dos estereótipos de gênero nos ambientes de resiliência política um grupo de movimento feminino – no entanto não feminista – que, apesar do sucesso institucional na resistência contra a Ditadura Militar, teve esse sucesso atribuído à fidelidade das mulheres inclusas a seus papéis de gênero previamente estabelecidos e solidificados socialmente. O MFPA (Movimento Feminino Pela Anistia) é um grupo composto por mulheres que demandavam que a anistia fosse sancionada a fim de que seus maridos, filhos e aqueles que amavam pudessem retornar a seus lares.

O MFPA foi criado por mulheres e foi coordenado por elas durante toda sua existência e conseguiu impor pressão significativa no governo para que este se mobilizasse quanto a anistia dos presos e exilados políticos do governo de forma que algumas das participantes, como a própria Helena Greco, chegaram a atuar na Comissão da Anistia. A pesquisadora e professora Anna Flávia (2011) atribui as conquistas do grupo em parte por sua característica de representar a luta pela família. Apesar de, em suas reuniões internas, os debates sobre preconceito vivido pela mulher serem constantes, esses debates não se tornaram demandas políticas. As demandas visavam a reestruturação da família nuclear que os valores da Ditadura também defendiam, apesar de, hipocritamente, deixarem buracos vazios em diversas famílias.

Se na esquerda acreditava-se que atrás de um fuzil todos eram iguais (WOLFF, 2007), essa igualdade acaba quando se encontram por detrás das mesas de discussão. Essa diferença crescia perante os opressores militares, ainda mais ao se estar com o rosto em frente ao cano de uma arma. Sob a jurisdição dos militares, eram as mulheres que mais sofriam.

As torturas físicas eram comuns a todos os sequestrados políticos do Estado, no entanto, a violência sexual era quase que exclusivamente destinada às mulheres. A subserviência imposta a figura feminina era reforçada nas objetificações de seu corpo, na nudez forçada, no toque e no olhar sexualizado sob suas partes íntimas. Em relatos marcantes, algumas mulheres sequestradas e presas pelos militares descrevem os crimes cometidos contra elas, contra seus corpos, sua sexualidade e seus valores enquanto cativas.

Uma delas, relata que um militar ordenara que esta recebesse tratamento para que parasse sua lactação pois isto diminuía a atração sexual que ele sentia por ela. Em outro relato,

ficamos sabendo que mulheres presas em conjunto guardavam e compartilhavam um único absorvente sujo de menstruação pois, de acordo com elas, os militares não gostavam de estuprá-las quando estavam menstruadas. O compartilhamento de um único absorvente usado era a forma como estas mulheres encontraram de resistir perante seus agressores.

## **AFETOS**

Em décadas de violência e anos de repressão, silenciamento e desaparecimento, o espaço de militância ganha novas características para além das disputas: se torna um local de memória e afeto. Memória pois não se pode esquecer aqueles que não puderam se fazer presente - seja por estarem em fuga, sequestrados, desaparecidos, exilados ou mortos, às vezes não se sabia ao certo - e por não poder esquecer os males da Ditadura contra a população em geral. O exercício de memória também é, além de um convite ao despertar político em prol da democracia, uma forma de honrar todos que lutaram pelo bem comum da população e não deixar que a coragem destes, seja, novamente, diminuída por grandes forças.

E de afeto, pois afeto e cuidado é o que fez com que essas pessoas pudessem criar espaços de segurança e aconchego para com os seus, coisa rara em tempos de desconfiança. Afeto, pois, são com os laços construídos com bases em dificuldades em comuns, que uma rede de apoio e resiliência surge, ampara e apoia aqueles que estão do mesmo lado de uma só luta.

Algumas dessas mulheres casaram-se com companheiros que conheceram em reuniões de partido, constituíram famílias com aqueles que seguraram suas mãos em meio de perseguições, lembraram-se durante décadas daqueles que conheceram em celas, perguntando se estes estavam, ao menos, vivos, procuram e demandam por respostas daqueles desaparecidos. A força desses lados é proporcional à violência com a qual estes podiam ser abruptamente rompidos.

Walquíria casou-se com um militante assíduo e muito lembrado nas narrativas sobre resistência contra a Ditadura Militar: Idalísio Soares Aranha Neto, também integrante do PCdoB e assassinado no Araguaia. O casamento aconteceu às escondidas e não se sabe exatamente a data, já que, no evento, ambos eram procurados pelos militares e agiam na ilegalidade. Já a nossa querida Lara Barcellos recebeu o filme “Quando o Momento chegar” em sua homenagem e memória, produzido por seu ex-companheiro Luiz Alberto Sanz, que também havia sido exilado, além de ser lembrada com muito carinho pela ex-presidenta Dilma Rousseff em um de seus discursos.

Quero recordar três companheiros que se foram na flor da idade. Carlos Alberto Soares de Freitas. Beto, você ia adorar estar aqui conosco. Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Dodora, você está aqui no meu coração. Mas também aqui com cada um de nós. Iara Iavelberg. Iara, que falta fazem guerreiras como você. O exemplo deles me dá força para assumir esse imenso compromisso. (Trecho do discurso da presidenta Dilma Rousseff, durante o Congresso do PT, em 2010).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desse artigo era refletir como a presença das estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nos movimentos e partidos contribuíram para pôr fim à ditadura militar, atentando-se para as transformações pessoais que elas passaram ao fazerem parte de tais grupos, considerando os afetos que construíram e mantiveram na época. Nossa intenção era dar voz a algumas mulheres que foram silenciadas pela historiografia brasileira.

As mulheres citadas pelo artigo são apenas algumas de muitas que contribuíram fortemente no processo de redemocratização do Brasil, pois ao se mobilizarem e resistirem criaram movimentos fundamentais para o fim da ditadura, como foi o caso do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Ademais, foram elas também que não se calaram diante das inúmeras torturas e perseguições sofridas.

## **SIGLAS**

AP - Ação Popular

JEC - Juventude Estudantil Católica

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ME - Movimento Estudantil

MFBA - Movimento Feminino Pela Anistia

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PT - Partido Trabalhista

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares

## **Bibliografia**

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. *Movimento feminino pela anistia: A esperança do retorno à democracia*. Curitiba: CRV, 2011.

COLLING, ANA MARIA. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. História em Revista. v. 10. 2004. Acesso em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/11605>.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina*. Associação Nacional de História – ANPUH: XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)*. Orientador: Prof(a). Dr(a). Denise Rollemberg Cruz. 2009. 219 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2011.

JOFFILY, Mariana. *Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991)*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 2, ed. 1, p. 111-135, 2010.

JAYME, Juliana Gonzaga. *Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/magda-neves/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MERLINO, Tatiana. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: A complexa dinâmica dos processos identitários*. Revista Interamericana de Psicologia, [s. l.], n. 3, ed. 41, p. 359-370, 2007.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 388 p.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. 295 p.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de Luta na Emancipação Feminina: Mulheres na ALN*. Orientadora: Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi. 2011. 417 p. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós- Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007.